



Simulado Final

MP RS

Cargo: Analista do MP - Direito
Pós-Edital

Simulado

Simulado MP-RS (Analista do MP - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **MP-RS**, cargo de **Analista do MP - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/6SPqs7iHvNvsme737>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/3EfK>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**INFORMÁTICA***Emannuelle Gouveia*

01. Sobre impressoras, das letras abaixo, marque a correta:

- a) A impressora matricial deve ser substituída por uma tecnologia mais moderna.
- b) A impressora jato de tinta deve ser usada quando desejamos imprimir muito e com qualidade de impressão.
- c) A impressora matricial deve ser usada quando desejamos imprimir muito, gastando pouco e sem a preocupação com a qualidade da impressão.
- d) A impressora laser deve ser usada quando desejamos imprimir pouco e com qualidade de impressão.
- e) A impressora térmica apresenta impressão permanente que não sofre desgaste com o tempo..

02. O recurso do Windows, que pode ser acessado através do menu suspenso acionado com um clique com o botão direito do mouse sobre o menu Iniciar, e que permite visualizar os logs do Windows é:

- a) Visualizador de registros.
- b) Gerenciador de dispositivos.
- c) Sistema.
- d) Visualizador de Eventos.
- e) Cortana.

03. No Windows, é possível ativar um menu à direita da tela que possibilita a escolha de várias formas para configurar a projeção de imagens. Qual letra corresponde a tecla de atalho padrão para essa opção:

- a) CTRL + G
- b) WIN + P.
- c) SHIFT + T
- d) WIN + A.
- e) CTRL + B.

04. A funcionalidade encontrada no Word que permite a criação de mensagens personalizadas para envio para clientes, por exemplo, e consiste basicamente na mesclagem de um documento principal com uma base de dados é:

- a) Tema.
- b) Localizar.
- c) Hifenização.
- d) Mala direta.
- e) Autocorreção.

05. A inserção de citações no Word é feita a partir de que guia:

- a) Inserir.
- b) Revisão.
- c) Layout de Página.
- d) Exibição.
- e) Referências..

06. No Excel existe a funcionalidade que pode ser usada para filtrar dados em uma planilha. Para acessá-la, através do teclado, devemos utilizar qual combinação de teclas:

- a) CTRL + SHIFT + P
- b) CTRL + SHIFT + A
- c) CTRL + P
- d) CTRL + SHIFT + L
- e) SHIFT + L

07. Um vendedor deseja enviar um email para alguns clientes, porém deseja que seu chefe também receba uma cópia, mas que isso não seja percebido pelos clientes. Dessa forma, o email do chefe deve ser colocado no campo:

- a) Para
- b) CC
- c) Anexo
- d) Assunto
- e) CCo

08. O One Drive é a ferramenta de nuvem da Microsoft. Sobre ele, é correto afirmar:

- a) Os arquivos armazenados podem ser compartilhados com outros usuários mediante a informação do email do mesmo.
- b) Os arquivos armazenados só podem ser acessados exclusivamente pelo seu autor.
- c) O limite de armazenamento é sempre infinito devido ao princípio da elasticidade.
- d) Arquivos armazenados não podem ser removidos, nem pelo próprio autor.
- e) Quando os arquivos são enviados para o driver são automaticamente apagados na máquina original.

09. Política de senha é uma preocupação constante nas empresas e órgãos em geral. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

- a) Senhas devem ser compartilhadas entre funcionários para facilitar o acesso aos programas.
- b) Uma senha única deve ser utilizada pelo usuário para o seu acesso a todos os programas e plataformas, pois facilita a memorização.
- c) Senhas são pessoais e intransferíveis.
- d) Senhas devem conter apenas números ou letras, mas devemos evitar misturá-los.
- e) Senhas não devem ser case sensitive.

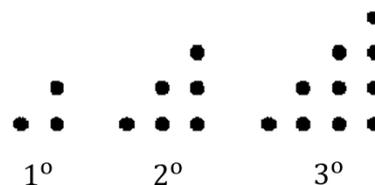
10. É um ataque que se caracteriza pela alta capacidade de multiplicação e apresenta atuação autônoma.

- a) vírus
- b) cavalo de troia
- c) worm
- d) spyware
- e) cookie

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Considere a seguinte sequência:



O total de pontos do décimo termo é:

- a) 66
- b) 64
- c) 58
- d) 55
- e) 46

12. Considere as sentenças a seguir:

I. Ou Tiago é analista, ou João é técnico.

II. Se Pedro é procurador, então Tiago é analista.

Sabe-se que a primeira sentença é verdadeira e a segunda é falsa. Logo, é correto concluir que:

- a) Tiago é analista, João é técnico e Pedro é procurador.
- b) Tiago não é analista, João não é técnico e Pedro é procurador.
- c) Tiago é analista, João não é técnico e Pedro é procurador.
- d) Tiago não é analista, João é técnico e Pedro é procurador.
- e) Tiago é analista, João não é técnico e Pedro não é procurador.

13. Os cinco primeiros colocados do último concurso para Analista do MPRS foram Armando, Bóris, Cleiton, Dênis e Eduardo. Sabe-se que:

- Cleiton ficou na posição intermediária entre Armando e Bóris.
- Dênis ficou à frente de Bóris, enquanto Eduardo ficou imediatamente atrás de Cleiton.
- Armando ficou em primeiro lugar e Bóris ficou em quinto lugar.

De acordo com as afirmações, pode-se concluir que:

- a) Eduardo ficou em segundo lugar.
- b) Eduardo ficou em terceiro lugar.
- c) Dênis ficou em quarto lugar.
- d) Dênis ficou em segundo lugar.
- e) Cleiton ficou em segundo lugar.

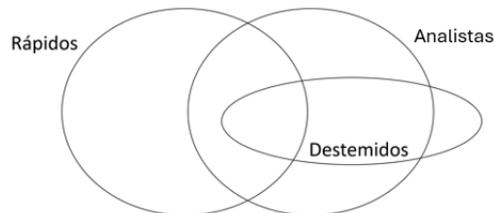
14. Uma empresa do ramo imobiliário, dispondo de 75 operários, constrói 450 casas em 90 semanas. Mantendo-se essa produtividade, para a construção de 200 casas com o trabalho de 20 operários, o número de semanas necessárias é:

- a) 200
- b) 180
- c) 170
- d) 160
- e) 150

15. Um concursado da área de tribunais comprou 15 dúzias de cápsulas de guaraná e tomou uma por dia, todos os dias, sem interrupção. Se o concursado tomou a primeira cápsula em uma segunda-feira, a última cápsula foi tomada em:

- a) uma quarta-feira;
- b) uma quinta-feira;
- c) uma sexta-feira;
- d) um sábado;
- e) um domingo.

16. Observe o diagrama a seguir.



A partir do diagrama, pode-se afirmar que:

- a) todos os analistas são rápidos.
- b) não há destemidos que são analistas e rápidos.
- c) os rápidos que não são analistas não são destemidos.
- d) os destemidos que não são analistas são rápidos.
- e) qualquer analista rápido é destemido.

17. Se Remo é engenheiro, então Antônio não é arquiteto. Se Caio é cientista, então Dener não é desenhista. Se Dener não é desenhista, então Antônio é arquiteto. Sabe-se que Caio é cientista.

A partir dessas informações, é correto concluir que

- a) Antônio não é arquiteto ou Remo é engenheiro.
- b) Remo não é engenheiro ou Caio não é cientista.
- c) Dener é desenhista e Antônio não é arquiteto.
- d) Se Dener não é desenhista, então Caio não é cientista.
- e) Remo é engenheiro e Dener não é desenhista.

18. Quatro adolescentes jogavam futebol. Ao tentar um chute ao gol, um deles quebrou a janela de uma padaria. O dono da padaria indagou:

- "Quem quebrou a janela da minha casa?"
- "Não fui eu", disse João.
- "Foi o Jerônimo", disse Joaquim.
- "Foi o Joaquim", diz o José.
- "O José mentiu", diz o Jerônimo.

Sabendo-se que apenas um adolescente mentiu, o adolescente que quebrou a janela foi:

- a) João.
- b) Joaquim.
- c) José.
- d) Jerônimo.
- e) Não há dados suficientes para a conclusão.

19. Um governador de um estado exerceu seu mandato nos anos de 2019 a 2022. Em cada um dos anos de 2020, 2021 e 2022, as despesas de custeio da administração estadual aumentaram em 5% com relação ao ano anterior. Logo, as despesas em 2022 superaram as de 2019 em, aproximadamente,

- a) 14,82%
- b) 15,00%
- c) 15,36%

d) 15,58%

e) 15,76%

20. Maria, Tatiana e Verônica possuem, cada uma, um modelo de veículo diferente. Os modelos são picape, SUV e sedã, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- O SUV não pertence à Maria;
- Verônica não possui a picape;
- Tatiana não possui o SUV; e
- O sedã não pertence à Maria.

Logo, é correto afirmar que:

- a) Verônica não possui o SUV.
- b) Tatiana possui o sedã.
- c) Maria não possui a picape.
- d) Verônica possui o sedã.
- e) Tatiana possui a picape.

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO

O Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, intitulado O Porto do Rio, foi anunciado pela Prefeitura em 2001, reunindo diversos projetos com o objetivo de fomentar o desenvolvimento habitacional, econômico e turístico dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Por volta de 2007, quando teve início este estudo sobre o plano e seus impactos sociais, a Zona Portuária já passava por um processo acelerado de ressignificação na percepção da cidade. As representações construídas pelas diversas mídias deixavam de associar a área exclusivamente à prostituição, ao tráfico de drogas e às moradias precárias, para dar lugar a novas narrativas que valorizavam certos espaços, moradores e bens culturais da região.

No extenso território da zona portuária, os urbanistas responsáveis pelo Plano Porto do Rio concentraram seus investimentos – tanto simbólicos quanto materiais – nos arredores da Praça Mauá, localizada no ponto de encontro entre o bairro da Saúde e a Avenida Rio Branco, uma importante via do Centro da cidade marcada pela presença de instituições financeiras e comércios.

GUIMARÃES, R. Adaptado.

21. Com base na leitura do texto, é correto afirmar que:

- a) A proposta do plano Porto do Rio, desde 2001, foi direcionada exclusivamente ao combate ao tráfico de drogas e à prostituição.
- b) O foco principal do plano estava na modernização das instituições financeiras da Avenida Rio Branco.
- c) O projeto concentrou seus principais investimentos na região próxima à Praça Mauá, entre o bairro da Saúde e a Avenida Rio Branco.
- d) A revitalização portuária não alterou a percepção da mídia em relação à área, que continuou sendo vista como degradada.
- e) O estudo iniciado em 2007 concluiu que o plano fracassou em promover qualquer mudança simbólica na Zona Portuária.

22. Referente à compreensão do primeiro parágrafo, assinale a alternativa correta.

- a) O estudo sobre o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro foi iniciado em 2007.
- b) O Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro foi colocado em prática no ano de 2007.
- c) O Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro foi o único responsável pela ressignificação das regiões portuárias.
- d) Os investimentos do Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro ficaram concentrados no Centro da cidade.
- e) Os planejadores idealizaram o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro em 2001.

23. O verbo destacado em “A empresa apresentou soluções eficazes” apresenta a mesma regência do verbo destacado em:

- a) A empresa **gosta** de resultados rápidos.
- b) A nova política **exige** maior participação da população.
- c) O governo **precisa** de apoio parlamentar.
- d) A campanha **envolveu** diferentes setores da sociedade.
- e) Os diretores **obedeceram** às normas estabelecidas.

24. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase foi empregado corretamente.

- a) O aviso diz que é para nos manter à distância de dois metros.
- b) O Brasil alterou as metas de inflação de 2018 à 2020.
- c) A ida à Recife foi tranquila.
- d) Os idosos acompanham às novas tecnologias com muito esforço.
- e) Andamos à cavalo nas férias.

25. A forma verbal em destaque não atende à norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) Se eles **interviessem**, o problema teria sido resolvido a tempo.
- b) O professor **reavê** os papéis todos os meses para atualização.
- c) Muitos alunos **proveram** a escola com materiais recicláveis.
- d) O autor **compusera** diversas obras antes de ser premiado.
- e) Os estudantes **mantiveram** o bom desempenho ao longo do semestre.

26. Assinale a alternativa em que a(s) vírgula(s) tenha(m) sido empregada(s) de forma correta.

- a) O conjunto de condutas e ações efetivas, quando atendem, de forma voluntária, aos colaboradores e à sociedade em geral, pode ser entendido como responsabilidade social.
- b) As instituições que optam por adotar a prática da responsabilidade social, beneficiam-se de criar uma melhor imagem no mercado.
- c) A concepção de responsabilidade social foi muito utilizada em campanhas publicitárias; por isso, as instituições precisam relacionar-se melhor, com a comunidade.
- d) A responsabilidade social explora uma gama ampla de beneficiários, envolvendo desse modo: a qualidade de vida o bem-estar dos colaboradores, a redução de impostos e a diminuição de impactos negativos no meio ambiente.
- e) Alguns analistas da responsabilidade social defendem a ideia de que a intenção das empresas é o lucro e a diminuição de custos não a preocupação com a sociedade como um todo.

27. Em “Olhou para mim... depois desviou o olhar, como se nada tivesse acontecido”, as reticências são usadas para indicar:

- a) A omissão de um trecho anterior do discurso.
- b) A ênfase em uma conclusão lógica.
- c) A interrupção brusca causada por outro personagem.

d) A suspensão do pensamento, sugerindo hesitação ou reflexão.

e) A substituição de vírgulas em enumerações extensas.

28. O sinal de dois-pontos está empregado de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) A incidência de notícias mentirosas é maior na área da política: é menor nas publicações relacionadas aos desastres naturais.
- b) A literatura especializada dá alguns conselhos: não entre em sites desconhecidos e não compartilhe notícias sem fonte confiável.
- c) As informações mentirosas são mais divulgadas do que as verdadeiras: segundo levantamento feito por um instituto de pesquisa.
- d) As “fake news” podem ser evitadas com o uso do bom senso: mas esperar isso de todo mundo é impossível.
- e) A “viralização” de “fake news” (notícias falsas) ocorre porque as pessoas compartilham informações com as quais concordam: pois não conferem as fontes antes.

29. A palavra saúde possui um hiato acentuado.

O hiato que também deve ser acentuado é:

- a) raizes
- b) juiz
- c) abenço
- d) veem
- e) rainha

30. Quanto ao emprego do acento gráfico, a palavra que sofre alteração quando passa para o plural é:

- a) júnior
- b) difícil
- c) jovem
- d) órgão
- e) rápido

31. Há concordância nominal adequada em:

- a) As tradições e o conservadorismo foram **questionadas**.
- b) As meninas ficaram **sós** no final da festa.
- c) Embalagens de equipamentos eletrônicos não têm nada de **encantadora**.
- d) É **desnecessário** a agressão em redes sociais.
- e) Temos de ficar em **alertas** para não sofrermos acidentes.

32. Há concordância verbal adequada em:

- a) Mais de um fiscal estiveram no local.
- b) Fazem cinco anos que não nos encontramos.
- c) Precisa-se de políticos honestos.
- d) Havia mais de duas mil pessoas na exposição.
- e) Reeleger-se-á, somente, os candidatos com projetos aprovados.

33. Assinale a alternativa em que a norma-padrão da língua portuguesa está plenamente respeitada quanto ao uso das palavras e das regras ortográficas:

- a) A onde você pretende chegar com esse argumento?
- b) Houve uma sessão especial no teatro para homenagear os artistas locais.
- c) À medida em que os anos passam, aumentam as responsabilidades.
- d) Fazem dez anos que ela se mudou para o exterior.
- e) Ao invés de estudar, preferiu assistir à televisão.

34. Assinale a alternativa em que não ocorre nenhum tipo de comparação, explícita ou implícita:

- a) "Ele enfrentava os desafios como um guerreiro em campo de batalha."
- b) "Assim como as estrelas guiam os navegantes, seus conselhos me orientam."
- c) "Sua risada era leve, como o som do vento entre as árvores."
- d) "Apesar das dificuldades, manteve-se firme durante todo o processo."

e) "Tal qual os mestres do passado, ela ensinava com sabedoria e paciência."

35. A alternativa que atende às normas gramaticais é:

- a) Nos sentíamos incomodados com tanta pressão.
- b) As repetidas falhas implicaram em sua demissão.
- c) Os empreendedores contaram-me uma história no qual acredito.
- d) Lembro aquela música como quem lembra os áureos tempos de juventude.
- e) Discordavam todos com aquela atitude.

36. A palavra que foge a qualquer regra de formação do plural de "estação" é:

- a) escrivão.
- b) vulcão.
- c) restrição.
- d) coração.
- e) doação.

37. Em "Q que ele falou surpreendeu a todos, e o resultado foi melhor do que q esperado", os termos destacados são, respectivamente:

- a) artigo definido e pronome oblíquo
- b) pronome demonstrativo e artigo definido
- c) artigo definido e artigo definido
- d) pronome demonstrativo e pronome demonstrativo
- e) pronome oblíquo e artigo definido

38. Marque a alternativa em que o termo destacado apresente o mesmo comportamento morfossintático do “que” destacado em “Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui”.

- a) É fácil de constatar que as ideias não eram boas.
- b) Deve conseguir que cada indivíduo se torne autônomo.
- c) Ele se preocupa tanto com as decisões pessoais quanto com as que terão consequências coletivas.
- d) É o caminho que devemos construir.
- e) Essa é a lista de preocupações que atormentam o homem.

39. A frase abaixo em que a preposição tem uso obrigatório é

- a) O autor de 'Grande Sertão: Veredas' é o incrível Guimarães Rosa.
- b) No próximo ano, a rede de computadores passará por grandes mudanças.
- c) Nossa comunidade consome apenas vegetais livres de agrotóxicos.
- d) O sinal de trânsito sonoro causava distrações nos motoristas.
- e) Todos estavam ansiosos pela estreia daquela peça de teatro.

40. A frase abaixo em que o vocábulo destacado deveria ser grafado com a forma MAL é:

- a) O **mau** torcedor culpou a torcida adversária.
- b) O **mau** aprendiz corrói a estrutura que o faria transcender.
- c) Segundo o narrador, Bento fez um **mau** casamento.
- d) Maus ímpetos implicam **mau** resultado.
- e) **Mau** cheguei ao local de prova, os portões fecharam.

41. “Como sofreram com a falta de chuva, os habitantes daquele vilarejo criaram um sistema para armazenar água”

Nesse trecho, os termos “como” e “para” estabelecem respectivamente relação sintático-semântica de:

- a) modo e finalidade
- b) finalidade e causa
- c) conformidade e modo
- d) explicação e conformidade
- e) causa e finalidade

42. Em “... tem que passar por inúmeros testes antes da aprovação [...]”, o vocábulo destacado pode ser corretamente classificado como:

- a) pronome relativo
- b) conjunção integrante
- c) preposição acidental
- d) conjunção subordinativa
- e) pronome interrogativo

43. Assinale a alternativa que apresenta o mesmo valor do vocábulo “se” presente em:

“Vendem-se livros usados na feira cultural do colégio.”

- a) A menina feriu-se ao cair do balanço.
- b) Caso se atrasem, não participarão da reunião.
- c) Alugam-se apartamentos mobiliados na praia.
- d) Se todos ajudassem, o trabalho terminaria antes.
- e) Ele se arrependeu de não ter tentado novamente.

44. “Conquanto tivesse chovido, o treinamento foi na praia”

O vocábulo destacado pode ser corretamente substituído por

- a) Porquanto
- b) No entanto
- c) Portanto
- d) Porém
- e) Ainda que

45. “Acredite, faça, vença”. A função da linguagem predominante nesse trecho é:

- a) conativa
- b) emotiva
- c) metalinguística
- d) poética
- e) referencial

46. Dentre as características elencadas, não é um atributo da Redação Oficial:

- a) Objetividade
- b) Impessoalidade
- c) Coesão
- d) Moralidade
- e) Precisão

47. Um dos atributos das comunicações oficiais é a concisão, que é caracterizada:

- a) pela abordagem direta e objetiva, respeitando-se a hierarquia entre ideias primárias e secundárias.
- b) pela imediata compreensão com emprego de frases curtas e bem estruturadas, preferencialmente apresentadas na ordem sintática direta.
- c) pelo favorecimento da conexão harmônica entre os elementos do texto, utilizando-se mecanismos de referência e substituição.
- d) pela transmissão do máximo de informações com o mínimo de palavras, evitando-se a prolixidade e o jargão técnico.
- e) pela articulação da linguagem para a perfeita compreensão da ideia veiculada, evitando-se expressões que confirmam ambiguidade ao texto.

48. O Manual de Redação da Presidência da República institui que a linguagem a ser utilizada nas comunicações deve ser:

- a) simples
- b) ambígua
- c) regional
- d) técnica
- e) coloquial

49. Julgue as afirmações a seguir quanto ao Padrão Ofício:

- I. O vocativo “Excelentíssimo” deve ser usado em comunicações dirigidas apenas ao Presidente da República.
- II. Na primeira página, o assunto deve vir grafado em negrito e com ponto final.
- III. O cabeçalho deve ser empregado apenas na primeira página, centralizado na área específica.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

50. Deve-se empregar o fecho “atenciosamente” em documentos destinados:

- a) Apenas a autoridades de mesma hierarquia.
- b) Apenas a autoridades de hierarquia inferior.
- c) A autoridades de hierarquia superior.
- d) Apenas ao chefe imediato.
- e) A autoridades de mesma hierarquia ou hierarquia inferior.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

51. Analise os seguintes itens:

I- Para que haja a recepção de uma determinada lei por nova Constituição, ela deverá, tão somente: ser vigente; ser material e formalmente compatível com o novo texto constitucional.

II- No Brasil, caso não haja cláusula especial para determinar a data de sua vigência, a Constituição produzirá efeitos imediatos.

III- A repristinação se dá quando uma norma é revogada e tem sua vigência restabelecida.

Está correto aquilo que se afirma nos itens:

- a) Nenhum dos itens.
- b) Todos os itens.
- c) I e II.
- d) II apenas.
- e) II e III.

52. Com base na Jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal acerca da prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento, assinale a alternativa correta:

- a) A prerrogativa fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, mas não compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- b) A prerrogativa não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, nem compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- c) A prerrogativa não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, mas compromete a necessária

paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.

- d) A prerrogativa fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, e compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- e) A prerrogativa não fere os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, mas fere o princípio da isonomia, razão pela qual compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.

53. A Câmara Municipal do Município Iota aprovou lei, de iniciativa do prefeito, que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos, contudo, tal lei foi contestada junto ao Supremo Tribunal Federal.

Segundo entendimento do STF acerca do tema, a referida lei é:

- a) Constitucional.
- b) Inconstitucional, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, por violar competência exclusiva da União.
- d) Inconstitucional, por violar competência privativa da União.
- e) Inconstitucional, por violar competência dos Municípios.

54. A Constituição do Estado X foi emendada para constar dispositivo com a seguinte redação: Art. 102; Os Deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. §1º Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. Tal norma, contudo, foi contestada por meio de ADI.

Segundo entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade penal aos Deputados Estaduais.
- b) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil ou penal aos Deputados Estaduais.
- c) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil aos Deputados Estaduais.
- d) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais conferidas aos membros do Congresso Nacional se estendem aos deputados estaduais.
- e) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais são constitucionalmente previstas para deputados estaduais.

55. O Presidente da República foi acusado de crime de responsabilidade, em razão de seus atos atentatórios à Constituição Federal. A traição aos pressupostos constitucionais acarreta a sua responsabilização e pode gerar a perda do cargo. Sobre a responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que

- a) Qualquer cidadão poderá denunciar o Presidente da República, por crime comum e de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados. A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.
- b) Cabe ao Presidente do Senado Federal apreciar o pedido de impeachment e tomar a decisão de receber ou não a denúncia, a partir da análise do preenchimento das formalidades extrínsecas, da legitimidade do denunciante e do denunciado e da narrativa feita, de maneira que poderá promover a imediata rejeição da petição por inépcia ou falta de justa causa.
- c) Da decisão que admite ou não a denúncia contra o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, cabe ao recurso.
- d) Na Câmara dos Deputados, ocorre apenas a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Casa verifica se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência. O processo e o julgamento do Presidente por crime de responsabilidade são de competência do Senado Federal.
- e) Após a admissibilidade da acusação pela Câmara dos Deputados, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

56. O Ministério Público de determinado Estado pretende ajuizar ação civil pública para combater atos praticados pelo Poder Público que violam direitos da coletividade. De acordo com o entendimento do STF, o Ministério Público possui legitimidade para requerer, exceto:

- a) a declaração de ilegalidade de reajuste de mensalidade escolar.
- B) a redução de preço de passagem em transporte coletivo.
- c) direitos sociais relacionados ao FGTS.
- d) a anulação de ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- e) impugnação à taxa de iluminação pública do Município.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

57. Assinale a alternativa que representa corretamente uma manifestação do poder de autotutela na Administração Pública:

- a) A imposição de sanções administrativas a pessoas físicas ou jurídicas que descumpram normas de polícia administrativa.
- b) A possibilidade de desfazimento de atos administrativos ilegais pela própria Administração, independentemente de decisão judicial.
- c) O controle hierárquico exercido pela Administração Direta sobre os contratos celebrados pelas entidades da Administração Indireta.
- d) A revisão judicial de atos administrativos discricionários, nos casos em que houver abuso de poder ou desvio de finalidade.
- e) O controle finalístico realizado pela Administração Direta sobre fundações públicas que criou.

58. Os atos administrativos são formados por cinco elementos: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Cada um deve estar presente de forma válida para garantir a legalidade do ato. Com base nesse tema, assinale a alternativa que corresponde corretamente ao elemento “motivo” do ato administrativo:

- a) A previsão legal que determina a quem cabe praticar determinado ato administrativo.
- b) A situação de fato e de direito que justifica a prática do ato administrativo.
- c) O objetivo final que se pretende alcançar com o ato, sempre vinculado ao interesse público.
- d) A maneira formal exigida para que o ato se manifeste, seja por escrito ou verbalmente.
- e) O conteúdo do ato, representado pela alteração concreta que ele gera no mundo jurídico.

59. A Administração Pública, ao exercer suas competências, pode atuar de forma discricionária ou vinculada. Sobre o poder vinculado, assinale a alternativa que melhor representa esse conceito:

- a) A liberdade do agente público para agir conforme sua conveniência pessoal, desde que respeitado o interesse público.
- b) A possibilidade de o administrador público escolher entre diferentes formas legais de conduzir um procedimento.
- c) A obrigação de a Administração agir conforme critérios previamente definidos em lei, sem margem para escolha ou juízo de conveniência.
- d) A competência do agente público para revogar atos administrativos que se tornaram inconvenientes ou inoportunos.
- e) A faculdade do administrador público de criar normas gerais a partir de seu poder regulamentar.

60. Sobre a composição da Administração Pública brasileira e a natureza de seus órgãos e entidades, assinale a alternativa correta:

- a) A Administração Indireta é formada exclusivamente por órgãos subordinados aos Ministérios e às Secretarias, sem personalidade jurídica.
- b) Órgãos públicos são unidades despersonalizadas que integram a estrutura tanto da Administração Direta quanto da Indireta.
- c) A Administração Direta é composta por pessoas jurídicas autônomas, criadas por lei específica para executar atividades descentralizadas.
- d) Sociedades de economia mista e empresas públicas, por possuírem personalidade jurídica de direito privado, não integram a Administração Pública.
- e) Órgãos públicos são pessoas jurídicas de direito público com capacidade administrativa e financeira própria.

61. Com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), julgue os itens a seguir sobre as medidas que podem ser adotadas pela autoridade competente após o encerramento das fases de julgamento e habilitação, e o esgotamento dos recursos administrativos:

- I. A autoridade superior pode revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade.
- II. É possível determinar o retorno dos autos para correção de falhas verificadas no processo.
- III. Pode alterar os critérios definidos para julgamento das propostas, caso identifique benefício à Administração.

Com base nos itens acima, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente o item III está correto.
- e) Somente o item I está correto.

62. Uma empresa celebrou contrato administrativo com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP-RS) para fornecimento contínuo de materiais de limpeza. Durante a execução do contrato, foi publicada uma lei federal que instituiu novo tributo incidente diretamente sobre os produtos fornecidos, provocando aumento significativo nos custos. Diante dessa situação, a contratada solicitou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Com base na Lei nº 14.133/2021, essa hipótese caracteriza:

- a) Fato do príncipe, pois a instituição de tributo por ato estatal geral, alheio à relação contratual específica, autoriza o reequilíbrio econômico-financeiro em razão do impacto sobre a execução do contrato.
- b) Cláusula exorbitante, uma vez que a Administração possui o poder de alterar unilateralmente o contrato sem que isso gere consequências financeiras ao contratado.
- c) Fato do príncipe, mas o pedido de reequilíbrio só será admitido após a conclusão do contrato e entrega integral do objeto.
- d) Fato da Administração, já que o MP-RS, como contratante, deve responder por qualquer impacto decorrente da execução contratual.
- e) Risco ordinário da atividade contratual, pois variações tributárias compõem os riscos previsíveis assumidos pelo fornecedor.

DIREITO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tiago Zanolla

63. Durante uma audiência pública sobre o sistema de Justiça, foi questionado por populares qual seria a atuação dos órgãos incumbidos de prestar assistência jurídica à população. Marta, servidora do MP-RS, esclareceu que o Ministério Público e a Defensoria Pública têm funções distintas, embora ambos atuem em nome da sociedade. No caso de uma pessoa em situação de vulnerabilidade que precise de defesa técnica em uma ação de alimentos, é correto afirmar que:

- a) O Promotor de Justiça poderá representar a parte hipossuficiente, desde que autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) O Ministério Público atua diretamente na defesa técnica dos hipossuficientes, enquanto a Defensoria Pública fiscaliza o devido processo legal.
- c) Cabe exclusivamente à Defensoria Pública a defesa dos vulneráveis em demandas individuais, não sendo atribuição do MP a representação judicial de parte.
- d) O Ministério Público pode atuar como defensor público sempre que houver interesse público envolvido, independentemente da vulnerabilidade do indivíduo.
- e) A atuação da Defensoria Pública restringe-se à fase recursal do processo, sendo o MP responsável pela defesa inicial dos necessitados.

64. Durante um debate sobre a organização constitucional brasileira, um candidato ao concurso do MP-RS afirmou que o Ministério Público possui uma função jurisdicional autônoma e, por isso, integra o Poder Judiciário. Considerando a natureza jurídica do Ministério Público à luz da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) O Ministério Público é órgão do Judiciário, com função jurisdicional própria, autônoma em relação aos demais órgãos judiciais.

- b) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, porém sem exercer jurisdição.
- c) A atuação jurisdicional do Ministério Público decorre de sua natureza de ente federativo autônomo.
- d) O Ministério Público integra a estrutura do Poder Judiciário, mas com subordinação funcional ao Executivo.
- e) O Ministério Público é órgão consultivo da administração da Justiça, sem funções autônomas previstas na Constituição.

65. O Procurador-Geral de Justiça do Estado Alfa enviou ao Legislativo local um projeto de lei criando nova unidade administrativa no âmbito do Ministério Público estadual, com estrutura própria, orçamento específico e previsão de provimento por concurso. O Governador, por sua vez, vetou a proposta por entender que caberia exclusivamente ao Executivo propor a criação de órgãos públicos. À luz da Constituição Federal e da Lei 8.625/93, a atuação do Procurador-Geral foi:

- a) Ilegal, pois apenas o Executivo detém autonomia financeira e pode propor leis sobre estrutura institucional.
- b) Irregular, pois a proposta de criação de unidades no MP deve ter iniciativa conjunta com o Tribunal de Justiça.
- c) Inconstitucional, já que o Ministério Público não possui autonomia administrativa nem funcional.
- d) Legítima, pois o Ministério Público detém autonomia administrativa, financeira e funcional, podendo propor sua própria organização.
- e) Inviável, pois as despesas da proposta devem ser previamente autorizadas pela Assembleia Legislativa.

66. Durante as eleições municipais, o Promotor de Justiça de determinada comarca passou a atuar junto ao Juízo Eleitoral, fiscalizando a propaganda eleitoral e requerendo providências para garantir a lisura do pleito. Um candidato alegou que tal atuação violaria o princípio da independência funcional do MP. Considerando a sistemática da atuação do Ministério Público Eleitoral, é correto afirmar que:

- a) O Promotor de Justiça exerce atribuição eleitoral de forma excepcional, somente quando designado pelo Procurador-Geral da República.
- b) O Ministério Público Estadual não possui competência para atuar em matéria eleitoral, mesmo no 1º grau.
- c) O Promotor Eleitoral atua perante juízes e juntas eleitorais, como membro do Ministério Público Estadual no exercício da função eleitoral.
- d) As funções eleitorais são exclusivas dos membros do Ministério Público Federal, independentemente do grau de jurisdição.
- e) O Ministério Público Estadual atua apenas como custos legis, sem legitimidade para requerer medidas em processos eleitorais.

67. Após ser demitida por ato administrativo, Carla foi reintegrada ao cargo anteriormente ocupado por força de decisão judicial transitada em julgado. Ocorre que, durante o período de seu afastamento, o cargo foi provido por novo servidor, também estável. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Carla não poderá ser reintegrada ao cargo, pois ele está ocupado por servidor estável.
- b) O servidor que ocupa atualmente o cargo deverá ser demitido para viabilizar a reintegração.
- c) Carla será colocada em disponibilidade, pois seu cargo foi provido.
- d) O atual ocupante do cargo será reconduzido ao seu cargo de origem, aproveitado em outro ou posto em disponibilidade.
- e) Carla será reintegrada apenas se houver vacância do cargo, mesmo que por decisão judicial.

68. A servidora Luciana ocupa cargo efetivo de Analista do Ministério Público e atualmente encontra-se na quinta classe normal da carreira e deseja participar do próximo processo de promoção funcional. Ao consultar a legislação vigente, verificou que a promoção pode ocorrer tanto por antiguidade quanto por merecimento, alternadamente. Considerando o que dispõe a norma específica, é correto afirmar que:

- a) A promoção se dará exclusivamente por critérios de antiguidade, observada a ordem de inscrição no processo.
- b) O tempo de efetivo exercício no cargo é irrelevante para fins de promoção por antiguidade, bastando aprovação na avaliação.
- c) O critério de merecimento será aferido por comissão específica com base apenas no tempo de serviço e frequência.
- d) As promoções ocorrerão anualmente, com data-base em 1º de novembro, respeitado o percentual mínimo de promovidos por classe.
- e) A primeira promoção de Luciana deverá obrigatoriamente ocorrer por antiguidade, independentemente de seu desempenho.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

69. Com relação aos institutos da tutela, curatela e tomada de decisão apoiada no Direito de Família, assinale a alternativa correta

- a) A tutela é aplicável a toda pessoa com deficiência, independentemente de idade, sempre que constatada a necessidade de amparo, substituindo a curatela nesses casos.
- b) A curatela é um instrumento de proteção integral aplicável indistintamente a menores de idade e a pessoas com deficiência, com o objetivo de suprir sua incapacidade absoluta.
- c) A tomada de decisão apoiada pode ser requerida por qualquer pessoa absolutamente incapaz, inclusive menores de 16 anos, desde que assistida por dois apoiadores indicados.
- d) A curatela constitui medida protetiva excepcional e proporcional, restringindo-se aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial da pessoa com deficiência.
- e) A tutela é sempre preferencial à curatela no caso de adultos com deficiência, sendo cumulável com a tomada de decisão apoiada.

70. Com relação à abertura da sucessão, à transmissão da herança e aos herdeiros necessários, assinale a alternativa correta

- a) A herança se transmite aos herdeiros apenas após o inventário, pois é necessário o reconhecimento judicial da vocação hereditária para que se efetive a sucessão.
- b) A abertura da sucessão coincide com o momento em que o inventário é formalmente instaurado em juízo, sendo esse o marco para efeitos legais e tributários.
- c) O companheiro é considerado herdeiro necessário por força de expressa previsão legal, equiparando-se ao cônjuge na sucessão legítima.
- d) A herança é considerada bem imóvel e indivisível, ainda que composta exclusivamente por bens móveis, e é transmitida automaticamente aos herdeiros com a morte do autor da herança.

e) Os colaterais até o quarto grau são herdeiros necessários e, portanto, não podem ser excluídos da sucessão por disposição testamentária.

71. Com relação ao regime de bens nas relações conjugais, assinale a alternativa correta

- a) O regime de bens escolhido pelo casal em pacto antenupcial é imutável, salvo autorização judicial expressa.
- b) A união estável presume o regime da separação de bens, salvo declaração expressa em sentido contrário no contrato escrito.
- c) Na ausência de pacto antenupcial no casamento ou de contrato escrito na união estável, aplica-se o regime da comunhão parcial de bens.
- d) O regime da separação obrigatória de bens é aplicado automaticamente a todas as pessoas com mais de 60 anos que decidam casar ou constituir união estável.
- e) O regime da comunhão universal de bens exige, além do pacto antenupcial, autorização judicial, dada sua excepcionalidade no ordenamento atual.

72. No que se refere ao princípio da boa-fé objetiva no âmbito contratual, assinale a alternativa correta:

- a) A boa-fé objetiva analisa a intenção interna dos contratantes e sua honestidade subjetiva, servindo como critério para aferição da validade do contrato.
- b) O princípio da boa-fé objetiva aplica-se apenas às fases de celebração e execução do contrato, não alcançando as fases pré-contratual ou pós-contratual.
- c) A violação de deveres de conduta derivados da boa-fé objetiva pode gerar responsabilidade contratual ou extracontratual, mesmo sem culpa do agente.
- d) A função hermenêutica da boa-fé objetiva determina que o contrato deve ser interpretado conforme os usos do lugar da celebração, independentemente do comportamento das partes.
- e) A boa-fé objetiva atua apenas como limite ao exercício dos direitos subjetivos, não gerando deveres autônomos nem implicando integração do contrato.

73. Sobre o regime jurídico da capacidade civil da pessoa natural, assinale a alternativa correta

- a) Toda pessoa com deficiência é considerada relativamente incapaz, salvo se houver sentença judicial que reconheça sua plena capacidade.
- b) São absolutamente incapazes os menores de dezoito anos e aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos são considerados absolutamente incapazes, sendo representados por curador.
- d) A capacidade civil plena é adquirida automaticamente aos 16 anos completos, desde que o menor exerça atividade laboral e tenha economia própria.
- e) Atualmente, apenas os menores de 16 anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

74. Assinale a alternativa correta sobre a desconsideração da personalidade jurídica

- a) A desconsideração da personalidade jurídica ocorre sempre que houver confusão entre os bens dos sócios e da pessoa jurídica, ainda que não haja abuso ou fraude.
- b) A aplicação da teoria da desconsideração permite alcançar o patrimônio de qualquer sócio, independentemente de sua participação na gestão ou benefício direto do abuso.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica é cabível nos casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, desde que haja requerimento da parte ou do Ministério Público.
- d) A existência de grupo econômico por si só já justifica a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- e) A aplicação da desconsideração retira automaticamente a personalidade jurídica da entidade, extinguindo sua existência legal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

75. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- a) O membro do Ministério Público será diretamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- b) Aplica-se o benefício da contagem em dobro ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
- c) A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- d) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- e) Litígios coletivos pela posse de terra urbana, por si só, não configuram hipótese de atuação do Ministério Público.

76. Nos termos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. A presunção de veracidade ocorrerá na hipótese em que:

- a) havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- b) o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- c) a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato
- d) as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.
- e) se tratar de direitos de caráter patrimonial.

77. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de ____, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de ____ (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos __ (vinte) dias de antecedência.

- a) Improcedência liminar do pedido/30/20.
- b) Improcedência liminar do pedido/20/30.
- c) Tutela provisória/20/30.
- d) Tutela provisória/30/20.
- e) Improcedência liminar do pedido/30/30.

78. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- b) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento do Ministério Público pagas ao final pelo vencido.
- c) É vedado aos membros do Ministério Público empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.

- d) A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- e) Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição ao membro do Ministério Público;

79. Nos termos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), a citação por edital não será feita:

- a) Quando desconhecido o citando.
- b) Quando incerto o citando.
- c) Quando ignorado o lugar em que se encontra o citando.
- d) Quando houver suspeita de ocultação do citando.
- e) Quando inacessível o lugar em que se encontra o citando.

80. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta sobre a execução e o cumprimento de sentença relativos à obrigação de prestar alimentos.

- a) A execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados.
- b) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 5 (cinco) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.
- c) O cumprimento definitivo da obrigação de prestar alimentos será processado em autos apartados.
- d) A prestação alimentícia não poderá ser fixada tomando por base o salário-mínimo.
- e) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

- 81.** Quanto à teoria geral dos recursos, assinale a alternativa INCORRETA.
- a) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
 - b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
 - c) A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer.
 - d) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
 - e) Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

- 82.** Sobre as causas que excluem a culpabilidade, é correto afirmar que:
- a) O critério biológico foi adotado para determinar a inimputabilidade em casos de anomalia psíquica.
 - b) Indivíduos menores de dezoito anos são considerados absolutamente inimputáveis devido ao sistema biopsicológico.
 - c) A embriaguez culposa resultante de intoxicação transitória por álcool ou substâncias semelhantes é uma causa que elimina a imputabilidade penal.
 - d) O erro de proibição atua como causa que exclui a consciência da ilicitude; assim, no caso de erro escusável, a culpabilidade é afastada, enquanto o erro inescusável resulta apenas na redução da pena.
 - e) A cláusula de consciência e a desobediência civil são causas reconhecidas que excluem a exigibilidade de uma conduta diversa.

- 83.** No que se refere à imputabilidade, à ilicitude e à culpabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) O agente é isento de pena se, devido a uma perturbação da saúde mental ou a um desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não conseguia compreender plenamente o caráter ilícito do ato ou agir de acordo com essa compreensão.
- b) Considera-se em estado de necessidade aquele que realiza um ato para proteger um direito próprio ou de terceiros de um perigo iminente que não causou por sua vontade e não poderia evitar de outra forma, sendo razoável exigir o sacrifício desse direito nas circunstâncias.
- c) A pena pode ser diminuída de um a dois terços se, no momento da ação ou omissão, o agente estiver totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de agir conforme esse entendimento devido a uma doença mental.
- d) Quando um ato é cometido sob coação irresistível, apenas o autor da coação pode ser punido, e a ilicitude não deve ser excluída em relação ao coagido.
- e) Apenas o agente que causar o resultado que agrava a pena, mesmo que de forma culposa, será responsabilizado por esse resultado.

84. Em relação com as disposições do Código Penal sobre o concurso de pessoas, assinale a alternativa correta.

- a) As circunstâncias e condições de caráter pessoal não se comunicam, independentemente de serem elementos constitutivos do crime.
- b) Quando a participação for considerada de menor relevância, o juiz tem a possibilidade de substituir a pena privativa de liberdade por uma pena de multa.
- c) No caso de um concorrente que pretendia participar de um crime menos grave, a pena pode ser aumentada em até metade se o resultado mais grave era previsível.
- d) Qualquer pessoa que contribui para a prática do crime está sujeita às penas correspondentes, de acordo com seu grau de periculosidade.
- e) O ajuste, a determinação, a instigação e o auxílio são, em regra, impuníveis, salvo disposição expressa em contrário, mesmo que o crime seja tentado.

85. Com relação a teoria do crime, é correto afirmar:

- a) A tentativa não é punida quando, devido à ineficácia relativa do meio ou à absoluta inadequação do objeto, a consumação do crime se torna impossível.
- b) O arrependimento eficaz é uma causa que pode levar à diminuição da pena.
- c) Para que os efeitos previstos no artigo 15 do Código Penal sejam aplicados, tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz devem ser espontâneos e voluntários.
- d) Salvo disposição em contrário, a tentativa é punida com a pena correspondente ao crime consumado, reduzida de um terço a metade.
- e) No caso de arrependimento posterior, se a reparação do dano for realizada até o recebimento da denúncia ou da queixa, por iniciativa voluntária do agente, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

86. Carlos, prefeito da Cidade Y, utilizou suas redes sociais para afirmar que Ricardo, seu antigo adversário e falecido há dois meses, havia cometido o crime de estelionato, narrando que ele teria enganado inúmeras vítimas com sua conduta, ciente de que a acusação era falsa. A ação de Carlos configura o crime de:

- a) Calúnia.
- b) Injúria.
- c) Exercício arbitrário das próprias razões.
- d) Conduta atípica.
- e) Difamação.

87. Ana cometeu o crime de extorsão mediante restrição de liberdade contra seu pai, Pedro, de 59 anos, e a restrição durou mais de 24h. Com base na situação apresentada, Ana:

- a) não ficará isenta de pena, devendo responder por extorsão na forma majorada.
- b) estará isenta de pena, considerando que o prejuízo ocorreu em relação a seu ascendente.
- c) não ficará isenta da pena, mas dependerá da representação de Pedro para que haja sua responsabilização.
- d) não ficará isenta de pena, devendo responder por extorsão na figura qualificada pela restrição de liberdade da vítima.
- e) estará isenta de pena, tendo em vista a aplicação da escusa absolutória prevista no Código Penal.

88. A ação de realizar um ato libidinoso contra alguém, sem o seu consentimento, com a intenção de satisfazer a própria lascívia ou a de outrem, caracteriza o crime de:

- a) Assédio sexual.
- b) Estupro simples.
- c) Estupro qualificado.
- d) Importunação sexual.
- e) Violação sexual mediante fraude.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araujo*

89. Zuleide foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Igor, no dia 11.06.2024. Zuleide, porém, somente tomou conhecimento da autoria delitiva no dia 19.10.2024. No dia 05.03.2025, Zuleide ofereceu queixa-crime em desfavor de Igor, indicando o rito sumário como o cabível em razão da pena máxima cominada ao delito.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o Juiz deverá rejeitar a inicial, pois ultrapassado o prazo decadencial de 03 meses para o ajuizamento da queixa-crime.
- b) o Juiz deverá receber a queixa-crime e mandar citar o réu, para apresentar sua resposta à acusação, no prazo de 15 dias.
- c) o Juiz deverá rejeitar a inicial, pois ultrapassado o prazo decadencial de 06 meses para o ajuizamento da queixa-crime.
- d) o Juiz deverá rejeitar a inicial, pois Zuleide não tem legitimidade para ajuizar a queixa-crime.
- e) o Juiz deverá receber a queixa-crime e mandar citar o réu para apresentar sua resposta à acusação, no prazo de 10 dias.

90. Acerca da ação penal e do acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa-crime passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, sem ordem de preferência.
- b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- c) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes

especiais, mediante declaração necessariamente escrita, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial, vedada a representação meramente verbal.

- d) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal quando for cabível a suspensão condicional do processo.
- e) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo delegado de polícia, pelo investigado e por seu defensor.

91. Thiago, residente no Rio de Janeiro-RJ, durante uma viagem ao município de Caxias do Sul-RS, efetuou compras em uma loja de roupas, pertencente a Bruno, residente na mesma cidade. Para pagamento, emitiu um cheque sem suficiente provisão de fundos. Uma semana depois, Bruno tentou sacar o valor do cheque em uma agência localizada em Porto Alegre-RS, mas o pagamento foi recusado por insuficiência de fundos.

Nesse caso, será competente para processar e julgar o crime de estelionato praticado por Thiago o foro da comarca de:

- a) Caxias do Sul-RS, local de residência da vítima.
- b) Rio de Janeiro-RJ, local de residência do infrator.
- c) Porto Alegre-RS, local da recusa do cheque.
- d) Caxias do Sul-RS, Rio de Janeiro-RJ e Porto Alegre-RS, firmando-se pela prevenção.
- e) Caxias do Sul-RS, Rio de Janeiro-RJ e Porto Alegre-RS, firmando-se pela distribuição.

92. Foi instaurado inquérito policial no âmbito da polícia civil do Rio de Grande do Sul, *ex officio*, para apurar a ocorrência de crime de extorsão majorada (reclusão, de 04 a 10 anos, e multa, majorada de um terço à metade), crime de ação penal pública incondicionada, cujo autor teria sido Renato. No curso das investigações, o Juízo decretou a prisão preventiva do indiciado, para a garantia da ordem pública, após requerimento do MP-RS.

Nesse caso, de acordo com o CPP e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar no prazo de 30 dias, a contar de sua instauração, sob pena de ilegalidade automática da prisão, com o consequente relaxamento e colocação do custodiado em liberdade.
- b) O investigado terá direito de constituir defensor para acompanhar o inquérito, após a devida autorização judicial.
- c) Dada a dispensabilidade do inquérito policial, o delegado não poderia ter instaurado inquérito policial *ex officio*, já que o Ministério Público poderia dispensar o inquérito.
- d) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade.
- e) Em caso de manifestação de arquivamento pelo MP, além da vítima ou de seu representante legal, a autoridade judiciária competente também poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento.

93. Fernando foi preso em flagrante por policiais militares logo após subtrair, mediante grave ameaça exercida com uma faca, o aparelho celular de um pedestre no centro de Porto Alegre-RS. Conduzido à presença da autoridade policial, foi lavrado o APFD pelo crime de roubo circunstanciado e, posteriormente, foi designada a audiência de custódia pelo Juiz competente. Na

audiência de custódia, sem que houvesse requerimento do MP-RS ou representação da autoridade policial, o Juiz decretou a prisão preventiva de Fernando, em razão da gravidade abstrata do delito. No dia seguinte, a autoridade policial, sem ter conhecimento de que já havia sido decretada de ofício a prisão preventiva de Fernando, representou ao Juiz pela decretação da referida prisão cautelar.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Deve ser relaxada a prisão preventiva decretada, pois o Juiz não pode decretá-la de ofício.
- b) Deve ser revogada a prisão preventiva decretada, eis que não pode o Juiz decretar a prisão preventiva de ofício, salvo em caso de crime cuja pena máxima seja superior a 15 anos.
- c) O Juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva, pois o crime em questão não admite tal modalidade de prisão cautelar.
- d) O Juiz agiu corretamente ao decretar a prisão preventiva de ofício, ante as circunstâncias do caso concreto, já que a conversão da prisão em flagrante em preventiva não depende de provocação.
- e) O Juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de ofício, mas a superveniência de representação da autoridade policial sana o vício, de forma que a prisão preventiva não deve ser relaxada.

94. Valdir foi denunciado pelo Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul (MP-RS) pela prática do crime de maus-tratos (pena: detenção, de dois meses a um ano, ou multa), em tese praticado contra seu enteado. Todavia, o magistrado do Juizado Especial Criminal, ao analisar a inicial acusatória, entendeu que não havia prova da existência do crime, razão pela qual rejeitou a denúncia.

Nessa hipótese, caso não concorde com a decisão, o membro do MP deverá interpor:

- a) recurso de apelação, no prazo de 05 dias.
- b) recurso de apelação, no prazo de 20 dias.
- c) recurso de apelação, no prazo de 10 dias.
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- e) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

95. A Lei do Crimes Hediondos (Lei Nº 8.072/1990) traz no seu artigo primeiro um rol taxativo de crimes que recebem esse rótulo. Marque a alternativa abaixo correta de acordo com a lei citada.

- a) O crime de sequestro e cárcere privado é crime hediondo em qualquer hipótese.
- b) A tortura é um crime hediondo
- c) O crime de roubo com emprego de arma branca é crime hediondo
- d) A incitação ao crime de genocídio é crime hediondo
- e) O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é crime hediondo.

96. Um servidor do Ministério Público do Rio Grande do Sul praticou um crime de abuso de autoridade. Com base na lei Nº 13.869/2019, podemos afirmar que o tipo de ação penal para os crimes previstos nessa lei é:

- a) Ação penal pública condicionada à requisição.
- b) Ação penal pública condicionada à representação.
- c) Ação penal de iniciativa privada exclusiva.
- d) Ação penal de iniciativa privada personalíssima.
- e) Ação Penal Pública incondicionada.

97. De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), marque a alternativa abaixo que traga corretamente o tipo de violência doméstica que configure calúnia, difamação ou injúria.

- a) Violência moral.
- b) Violência física.
- c) Violência patrimonial.
- d) Violência sexual.
- e) Violência psicológica.

98. Um indivíduo, primário, foi condenado pela prática do crime de feminicídio. Com base na Lei de Execução penal (Lei nº 7.210/1984) para que consiga preencher o requisito objetivo para progressão de regime é necessário cumprir:

- a) 55% da pena.
- b) 50% da pena.
- c) 65% da pena.
- d) 45% da pena.
- e) 40 % da pena.

99. Um funcionário público praticou o crime de injúria racial, na forma do art.2º-A, da Lei Nº 7.716/1989. Segundo dispõe a lei mencionada a pena dele poderá ser majorada:

- a) de 1/3 a 2/3
- b) de 1/2 a 2/3
- c) de 1/3 a 1/2
- d) de 2/3
- e) de 1/3

100. Carlos, policial civil, ao chegar em casa, distraído, sacou a arma de fogo da cintura e colocou-a sobre a mesa. Devido essa negligência, Cadu, de dois anos, filho do policial, se apoderou da arma de fogo, entretanto não foi causado nenhum acidente. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa abaixo correta.

- a) A conduta do policial é atípica.
- b) O policial responderá pelo crime de omissão de cautela.
- c) O policial responderá pelo crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- d) O policial responderá pelo crime de corrupção de menores
- e) O policial responderá pelo crime de porte irregular de arma de fogo de uso restrito por equiparação.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
